

## ORÇAMENTO DE ESTADO



Já se começa a trabalhar naquele que poderá vir a ser o próximo regime do Centro Internacional de Negócios da Madeira.

# Tecnológicas serão para tributar a 2,5%

RÚBEN SANTOS  
rsantos@dnoticias.pt

As empresas tecnológicas que venham a escolher a Zona Franca da Madeira como sede fiscal poderão vir a ser tributadas a 2,5%. Pelo menos é essa a intenção transmitida na última semana por Miguel Albuquerque e agora pelo presidente da Associação Comercial e Industrial do Funchal (ACIF).

Mesmo que tenha sido resolvido, em São Bento, o longo impasse que perdurou aproximadamente seis meses e que impossibilitou a inscrição de novas empresas no Centro Internacional de Negócios da Madeira, Jorge Veiga França olha já para 2027 e ao expectável 'V Regime'.

Ainda sem conhecer em detalhe a lei que será publicada após aprovação no Orçamento do Estado, e estando em crer que "não tenha sido alterada" face àquilo que foi escrito no papel em Abril de 2021, o presidente da ACIF explica que a ideia é retirar do actual Regime (IV) a menção de actividade industrial, tendo em conta que estas empresas não estão ligadas necessariamente à indústria.

"Há estas novas indústrias nas novas tecnologias que não são consideradas como tal. São sustentáveis a nível ambiental, por exemplo, e enquadram-se claramente na transição digital. Quanto a nós - e é uma posição que temos defendido há muito - deveríamos retirar esse ponto exclusivo ou alterá-lo para acrescentar esse aspecto, ou seja, não apenas consignar a área como Zona Franca Industrial, mas sim Zona Franca em geral", explica Jorge Veiga França.

### ACIF E GOVERNO COMUNGAM DA MESMA IDEIA PARA O PRÓXIMO REGIME DA ZONA FRANCA

Aí teríamos "automaticamente" uma redução em 50% da base tributável, "o que significa que se passaria a 2,5%" no benefício fiscal em sede de IRC. A este factor poderíamos juntar outra medida aprovada como relevante neste Orçamento do Estado para 2022, que abrange todo país, para a atracção de inovação e tecnologia: o aumento da dedução ao lucro tributável dos rendimentos provenientes de contratos que tenham por objecto a cessão ou a utilização temporária de direitos de propriedade industrial (patentes). Passou de 50% para 85%.

"Se for no âmbito da Zona Franca reduz esse montante, o que vem alimentar este tipo de 'indústria', pois as novas tecnologias são um aspecto fundamental. A 'deslocalização' vai com a pessoa que gere este tipo de negócio - muitas vezes o próprio nómada digital. Pode-se aniquilar o efeito de ultraperiferia e Madeira tem todas as condições para ter bastante sucesso", enfatizou.

#### Principal motor de actividade

Ainda na última semana foram tornadas públicas as declarações de Miguel Albuquerque proferidas à revista 'Contabilista' da Ordem dos Contabilistas Certificados, onde o presidente do Governo Regional

afirmou claramente estar "convenido" que "se no próximo Regime diminuir a taxa para as tecnológicas" iria "conseguir trazer para cá "tudo o que são as grandes empresas norte-americanas".

"Sabe quanto é que as tecnológicas estão a facturar na Madeira? Volume de negócios são 300 milhões de euros", precisou Miguel Albuquerque, estimando que a ser aplicado este benefício "no prazo de cinco anos" as tecnológicas venham a "ultrapassar o turismo".

A ideia "é não ficarmos dependentes só do turismo e avançarmos para as tecnológicas". Ao ficarem sediadas na Madeira, o volume de negócios poderia ascender "aos 500 milhões de euros" e viria a escalar como "principal actividade" da Região. "Não minimizando os efeitos do turismo, mas não estando tão dependentes".

A ACIF "verá com os melhores olhos" a participação "no processo de montagem do novo regime, ou o que vier a substituir o actual da Zona Franca".

"Lançámos esse repto ao Governo Regional e ouvi em diversas frentes que nos ouvirão e que nos consideram, efectivamente, parceiros. Vamos aguardar serenamente para dar o nosso contributo positivo e inovador. Penso que até finais de Junho estamos em posição de renovar o nosso contributo nesse campo e seguramente que apresentaremos à concessionária e ao Governo aquelas que são as nossas posições renovadas", avançou Jorge Veiga França, lamentando os "seis meses a mais num processo que só cria instabilidade" ao Centro.